

Brasília, 12 de maio de 2016.

Dr. Alceu Barbosa Velho
Prefeitura de Caxias do Sul
Rua Alfredo Chaves 133
Expansão, Caxias do Sul, RS 95020-460

Senhor Prefeito

Queremos registrar a nossa consternação e indignação às suas declarações em recente entrevista ao *Pioneiro*, jornal *on-line* que vem publicando reportagens sobre os contingentes de imigrantes provenientes do Caribe e da África que nos últimos cinco anos se deslocaram para Caxias do Sul, em resposta à crescente demanda por mão de obra. Intitulada *Ilusões Perdidas*, essa série retrata, com sensibilidade, os dramas e histórias de superação dessas mulheres e homens imigrantes, assim como a mobilização de suas lideranças por direitos básicos, num cenário marcado por crise econômica e política, perda de emprego, racismo e exclusão social. São estórias que trazem à tona a dignidade humana desses homens e mulheres que, em procura de uma vida melhor e que inclui a possibilidade de envio de remessas para os seus familiares, se fixaram nessa cidade historicamente formada por imigrantes e descendentes de imigrantes.

É notório que Caxias do Sul se tornou um importante polo industrial graças ao trabalho e empreendimentos de diferentes gerações de imigrantes. Causa, portanto, redobrada apreensão a sua caracterização preconceituosa sobre essas novas populações africanas e caribenhas da cidade como “um bando de imigrantes” para os quais a prefeitura teria que “dar trabalho e comida para todo o mundo”. Infelizmente, esse seu modo de perceber os imigrantes insere-se numa longa história de violência, xenofobia e discriminação. Basta lembrar que o período de colonização implicou, primeiro, na expulsão dos indígenas do local. Posteriormente, imigrantes europeus conseguiram arduamente, com seu trabalho, estabelecer uma prospera localidade para confrontar a “campanha de nacionalização” do governo Vargas baseada na assimilação forçada dos estrangeiros e, portanto, na repressão violenta de sua cultura, tradições e língua.

Imigrantes e descendentes de imigrantes, assim como toda a população local, tem deveres e, ao mesmo tempo, direitos básicos- ao trabalho, à educação, à saúde e à moradia, aparentemente omissos na sua gestão, conforme denúncias feitas à Comissão de Direitos Humanos. Diante desse cenário, apoiamos a iniciativa do Ministério Público Federal pedindo esclarecimentos pertinentes às suas declarações e políticas em relação a esses contingentes de imigrantes.

Atenciosamente,



Profa. Dra Bela Feldman-Bianco
Comitê Migrações e Deslocamentos
Associação Brasileira de Antropologia - ABA



Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima
Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA
Gestão 2015/2016